



Anais da Assembléia

Nº 007

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB — 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** — 10: Albanor J. F. Gomes - Dúlio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** — 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** — 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** — 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** — 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** — 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** — 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** — 01: Jocelito Canto.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 05ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 1996

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nêrone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, vimos pelo presente encaminhar a Vossa Excelência relação dos Membros da Comissão de Constituição e Justiça - C.C.J., desta Casa de Leis.

TITULAR	SUPLENTE
Antonio Martins Annibelli	Beto Richa
José Maria Ferreira	Albanor Gomes
Carlos Simões	Cezar Silvestri

Certos de sua habitual atenção, renovamos protestos de elevada estima e apreço.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) CEZAR SILVESTRI
Líder do PSDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 (dez) Sessões do item 05 (cinco); 1ª Discussão do Projeto de Lei n° 175/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 152

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 (dez) Sessões do item 07 (sete), 1ª Discussão do Projeto de Lei n° 402/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 155

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja designado o próximo dia 28 de março para realização de Sessão Solene neste Poder, para outorga do título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná a Excelentíssima Senhora Esther Essenfelder Cunha Mello, em cumprimento à Lei Estadual n° 11061, de 01.02.95.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 138

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo este subscreve, usando de suas atribuições legais previstas no Regimento desta Casa de Leis, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata de Trabalhos desta sessão, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento fatídico dos componentes do conjunto musical "Mamonas Assassinas", bem como de seus acompanhantes, ocorrido em data do dia 02 próximo passado, Tratava-se de jovens de uma carreira promissora no mundo musical de nosso país, que muitas alegrias e satisfação vinham dando principalmente aos nossos jovens. Tanto é verdade, a assertiva acima, que em apenas oito meses aproximadamente perto de dois milhões de CD'S e fitas cassetes foram vendidos pelo conjunto acima nominado, originário do Município de Guarulhos, Estado de São Paulo e todos seus componentes moradores na mesma localidade.

Outrossim informamos se aprovado o referido requerimento, comprometemo-nos a fornecer o endereço para encaminhamento.

Requer finalmente, seja dado do presente ciência aos familiares dos falecidos, através de correspondência, que deverá ser encaminhada no endereço posteriormente fornecido.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 137

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de congratulação ao novo Arcebispo de Cascavel, Dom Lúcio Inácio Baumgaertner, que tomou posse à frente da Arquidiocese no dia 03 de março próximo passado, bem como a Dom Armando Círio, cumprimentando-o pelo extraordinário trabalho desenvolvido por durante 18 anos como Bispo e Arcebispo de Cascavel.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(aa) NEREU MOURA

EDGAR BUENO

DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

É inegável a substancial colaboração da Igreja Católica no processo de colonização, desenvolvimento e progresso da região Oeste do Paraná. Um trabalho notável, missionário e elogiável sob todos os aspectos, quer seja do ponto de vista religioso, como também na vida sócio-econômica da região.

Dom Armando Círio foi um precursor da justiça, idealista, um pastor exemplar. Firme e corajoso, não descuidou em anunciar a boa nova, preocupando-se também em denunciar o arbítrio, a prepotência e os

equivocos dos homens públicos. E, quando necessário, soube elogiar e agradecer.

Pautou-se por uma conduta ética e reta. Buscou a aproximação com outras correntes de pensamentos, sempre com humildade e respeito. Um homem que merece as maiores homenagens da população do Paraná. A ele nossa gratidão, carinho e admiração.

Agora, quando Dom Lúcio Inácio Baumgaertner assume o comando da Igreja Católica no Oeste do Paraná, nossas esperanças se renovam. Trata-se de um homem já testado e reconhecido pelos bons serviços prestados à Igreja.

Tudo tem início no Rio Grande do Sul, onde por quase 40 anos, desenvolveu um trabalho magnífico, revelando-se um missionário devotado, um conselheiro distinto e um religioso respeitado. Mais tarde, nomeado pelo Papa João Paulo II, trabalhou com muito fervor na Diocese de Toledo e, agora, atendendo convocação do Sumo Pontífice, irá comandar a grandiosa comunidade de católicos de todo o Oeste e Sudoeste do Paraná.

É uma missão árdua, porém são os desafios que devem animar a vida do ser humano, principalmente, quando se tem a responsabilidade de ser o Pastor, o guia, o oásis de milhares de pessoas.

Que Dom Lúcio Inácio Baumgaertner dê prosseguimento à extraordinária e competente ação desenvolvida até agora pelos padres, religiosos e leigos, e possa também participar ativamente de tudo o que vise melhorar a qualidade de vida da nossa população.

REQUERIMENTO N° 149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Deputado Nelson Justus, alusivos à sua reeleição à Presidência do Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, durante a Convenção Estadual realizada no último dia 03 do corrente.

Requer ainda que do presente se estendam congratulações aos demais integrantes da Mesa Executiva e do Diretório Regional, Senhores João Elísio Ferraz de Campos, Pedro Wosgrau, Emerson Palmieri, Secretário de Estado Hermas Brandão, Mário Bezerra e José Carlos Gomes de Carvalho, e que se dê ciência aos homenageados, através de correspondência a ser encaminhada à sede da quele Diretório, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações ao Senhor João Cândido de Oliveira Neto por sua designação e posse como Membro Titular do Conselho Nacional de Previdência Social, representando os empregados do Estado do Paraná.

O Senhor João Cândido de Oliveira Neto, foi nomeado membro titular, representante dos empregados do Estado do Paraná, do Conselho Nacional de Previdência Social pelo Decreto de 31.01.96 publicado no D.O.U. de 01/02/96.

Membro da Confederação Nacional da Agricultura - CNA e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, o Senhor João Cândido de Oliveira Neto é dedicado e experiente batalhador em prol dos empregados junto à Previdência Social.

João Cândido foi chefe do setor de Concessão da Divisão de Benefícios da Diretoria Regional do FUNRURAL em 1974; em 1975 foi Diretor da Divisão de Benefícios Pecuários da Diretoria Regional do FUNRURAL; em junho/78 foi nomeado para o cargo de Agente Administrativo do INPS.

No INPS ocupou os cargos. Coordenador Regional de Benefícios de Legislação Especial do INPS, Coordenador Regional de Concessão de Benefícios do INPS, Membro da Comissão, designado pela Superintendência Regional do INAMPS, para reestruturação do Sistema de Distribuição de Cotas de Internamento Hospitalar; Membro da Comissão de Alto Nível para Assessoramento a Superintendência Regional do INAMPS; Secretário Regional de Benefício do INPS.

Em 28.09.1989 através da PT/PR - 425/89 foi designado Superintendente Regional Substituto do INSS.

Em junho/90 foi nomeado Diretor Estadual do INSS, quando implantou a primeira estrutura organizacional do INSS no Estado.

João Cândido possui diversos trabalhos elaborados e publicados sobre a Previdência Social, na área rural, na área de benefícios, e administrativa.

Instrutor de Legislação Previdenciária no Centro de Treinamento do INPS, vem proferindo diversas palestras e cursos sobre o assunto no Estado do Paraná.

Assim, ante dedicada vida profissional. João Cândido de Oliveira Neto, pela sua competência, conhecimentos e dedicação, com certeza fará mais uma vez brilhar o Estado do Paraná, nas suas funções junto ao Conselho Nacional de Previdência Social.

Contando com o apoio dos nobres Pares, do aprovado, requer também seja comunicado

o Senhor João Cândido de Oliveira Neto - Digníssimo Membro do Conselho Nacional de Previdência Social, Rua Ludovico Geronasso, n° 1368 - Boa Vista - CEP: 82.500-040, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Clube Guaíra, de Ponta Grossa, pela passagem de seus cem (100) anos de existência, período em que participou ativamente da construção da história daquela cidade, contribuindo com a cultura e o conagraçamento dos pontagrossenses.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Clube Guaíra de Ponta Grossa ao completar 100 anos, demonstra claramente a pujança do povo princesino, e, em especial dos associados deste clube que, de maneira abnegada vêm propiciando condições de lazer, cultura e esporte a milhares de cidadãos da cidade de Ponta Grossa, caracterizando-se como um dos pilares históricos do crescimento deste município.

REQUERIMENTO N° 136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do DER, Luiz Alberto Küster, solicitando a construção de um Trevo Rotatório, no Km 5 da PR-082, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista que na PR-082 Km 05, existe um Clube Campestre com mais de 100 associados.

Grande parte dos associados tem de se dirigir ao clube com motocicletas e automóveis, devido à distância do centro da cidade, daí, a necessidade de um trevo rotatório, para que o acesso ao clube seja seguro, evitando acidentes que podem ceifar as vidas desses associados.

REQUERIMENTO N° 139

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no senti-

do de recolocar um telefone público que estava instalado em frente ao Posto de Saúde de Santa Felicidade. Segundo os moradores do local o telefone existente em frente ao posto deve ter sido quebrado e roubado por vândalos. O mesmo está fazendo muita falta para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 140

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de proceder à instalação de um telefone público no n° 869 da Rua Campo Largo, entre as Ruas Arapongas e Antonina, Bairro Porteira, Guaraituba - Colombo.

O pedido está sendo feito pelos moradores desse bairro e o local da instalação trata-se de um ponto comercial denominado Bar Coutinho. Este telefone trará benefícios para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 141

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido de pais e alunos do Colégio Estadual João Loyola, localizado na Rua Mario Gomes César - Pinheirinho, os quais solicitam a regularização do Curso de Magistério, que há 05 (cinco) anos foi implantado.

Afirmam eles que o curso é muito bom, porém quando os alunos são formados não recebem o certificado com registro do MEC, o qual lhes faz muita falta.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 142

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de analisar e viabilizar o pedido dos pais de alunos residentes na Vila Fanny, os quais solicitam a implantação da Pré-Escola na Escola Estadual João de Oliveira Franco, localizada na Rua Padre Manoel da Nóbrega n° 510.

Afirmam esses pais que na escola tem

sala e 76 (setenta e seis) reservas de vaga para o pré, porém faltam professores.

Alegam que é uma necessidade enorme a implantação do pré; há muitas crianças sem estudar e nas redondezas não existe outra escola que ofereça as vagas pretendidas.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 143

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema que vem ocorrendo no bairro Monte Castelo - Colombo. Ocorre que nesse bairro, muitas vezes, há falta de água por 10 (dez) dias consecutivos e os moradores não estão mais aguentando esta situação.

Pedem eles que seja verificado o mais breve possível qual o problema que vem ocorrendo, uma vez que toda a comunidade é prejudicada.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 144

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Administração, para que instrua o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, no sentido de resolver o problema que vem ocorrendo em relação à marcação de consultas dos dependentes dos servidores.

Afirma uma conveniada desse IPE que as consultas que agora são somente marcadas por telefone ocasionam muitas dificuldades aos servidores, uma vez que é quase impossível conseguir ligação.

Pedem também que seja oferecido um maior número de consultas, tendo em vista que as existentes são insuficientes.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 145

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Administração, para que instrua o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, no sentido de atender o pedido dos servidores do Estado, os quais so-

licitam que os convênios com os hospitais voltem a ter validade.

Alegam eles que devido ao corte desses convênios, várias cirurgias que necessitam ser realizadas deixaram de acontecer devido aos altos custos.

Pedem que o caso seja analisado e reconsiderado, uma vez que somente benefícios trará a todos os servidores.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 146

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder reparos na Rua Diamantes e demais ruas do Bairro Jardim Boa Vista IV, uma vez que elas encontram-se intransitáveis.

O pedido está sendo feito pelos moradores do bairro e eles pedem que seja passada a máquina e colocado saibro.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 147

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao comando da Polícia Militar do Paraná, para providenciar a permanência de um policial de trânsito em frente à Escola Municipal Professor Francisco Ibert, localizada no Alto Boqueirão, proximidades do Conjunto Euclides da Cunha.

Maiores informações podem ser obtidas com a Sra. Ivanira pelo telefone 378-2211.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 154

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Dr. Ramiro Wahrhaftig, solicitando a instalação do Centro Politécnico de Saúde, no Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

LUIZ CARLOS ZUK

PÉRICLES MELLO

JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 157

Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 04.03.96

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário da Saúde, solicitando um relatório onde consta a quota de remédios enviada a cada município pertencente à microrregião da AMEPAR e da AMUNOP, durante o exercício de 1995.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, respeitosamente, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações à Fundação COPEL, fazendo o seguinte questionamento:

1. Qual a composição da Carteira de Ações da Fundação COPEL, nos últimos noventa (90) dias?

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Joni Paulo Varisco, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando:

- 1 - Em quantas e quais Vilas Rurais (município) esta Secretaria atuou de maneira direta ou indireta?
- 2 - Qual o montante (em reais) dispendido em cada uma delas (relacionando-as) e quais as razões das despesas, no ano de 1995?
- 3 - Quais são as respectivas rubricas utilizadas e seus valores?

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido é baseado no folder "Vila Rural, o Paraná planta idéias. O Brasil colhe exemplos", publicado pelo Governo do Estado do Paraná.

De acordo ao exposto naquele material publicado, cabe a esta Secretaria:

- a) Geração de empregos, renda e formação profissional;
- b) Intermediação de mão-de-obra;
- c) Estudo e levantamento sobre o mercado de trabalho.

REQUERIMENTO N° 160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, Secretário de Estado do Meio Ambiente solicitando:

- 1 - Em quantas e quais Vilas Rurais (município) esta Secretaria atuou de maneira direta ou indireta?
- 2 - Qual o montante (em reais) dispendido em cada uma delas (relacionando-as) e quais as razões das despesas, no ano de 1995?
- 3 - Quais são as respectivas rubricas utilizadas e seus valores?

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido é baseado no folder "Vila Rural, o Paraná planta idéias. O Brasil colhe exemplos", publicado pelo Governo do Estado do Paraná.

De acordo ao exposto naquele material publicado, cabe a esta Secretaria:

- a) Ações de controle e legislação ambiental;
- b) Levantamento fundiário;
- c) Restituição planialtimétrica.

REQUERIMENTO N° 161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado do Planejamento, solicitando:

- 1 - Em quantas e quais Vilas Rurais (município) esta Secretaria atuou de maneira direta ou indireta?
- 2 - Qual o montante (em reais) dispendido em cada uma delas (relacionando-as) e quais as razões das despesas, no ano de 1995?
- 3 - Quais são as respectivas rubricas utilizadas e seus valores?

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido é baseado no folder "Vila Rural, o Paraná planta idéias. O Brasil colhe exemplos", publicado pelo Governo do Estado do Paraná.

De acordo ao exposto naquele material publicado, cabe a esta Secretaria:

- a) Planejamento e coordenação geral.

REQUERIMENTO N° 162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de Pedido de Informações à Exma. Sra. Fani Lerner, Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando:

- 1 - Em quantas e quais Vilas Rurais (município) esta Secretaria atuou de maneira direta ou indireta?
- 2 - Qual o montante (em reais) dispendido em cada uma delas (relacionando-as) e quais as razões das despesas, no ano de 1995?

- 3 - Quais são as respectivas rubricas utilizadas e seus valores?

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido é baseado no folder "Vila Rural, o Paraná planta idéias. O Brasil colhe exemplos", publicado pelo Governo do Estado do Paraná.

De acordo ao exposto naquele material publicado, cabe a esta Secretaria:

- a) Fomento e assessoramento das diversas formas de organização comunitária;
- b) Implantação de infra-estrutura social de acordo com as necessidades de população.

REQUERIMENTO N° 163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Rafael Bernardo Dely, Secretário de Estado da Política Habitacional/COHAPAR, solicitando:

- 1 - Em quantas e quais Vilas Rurais (município) esta Secretaria atuou de maneira direta ou indireta?
- 2 - Qual o montante (em reais) dispendido em cada uma delas (relacionando-as) e quais as razões das despesas, no ano de 1995?
- 3 - Quais são as respectivas rubricas utilizadas e seus valores?

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido é baseado no folder "Vila Rural, o Paraná planta idéias. O Brasil colhe exemplos", publicado pelo Governo do Estado do Paraná.

De acordo ao exposto naquele material publicado, cabe a esta Secretaria:

- a) Aprovação da área ofertada pelo município em conjunto com a SEAB;
- b) Repasse dos recursos necessários à construção das habitações diretamente ao futuro morador;
- c) Orientação para a construção da moradia;
- d) Trabalho social de acompanhamento.

REQUERIMENTO N° 164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando:

- 1 - Em quantas e quais Vilas Rurais (município) esta Secretaria atuou de maneira direta ou indireta (EMATER)?
- 2 - Qual o montante (em reais) dispendido em cada uma delas (relacionando-as) e

quais as razões das despesas, no ano de 1995?

3 - Quais são as respectivas rubricas utilizadas e seus valores?

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido é baseado no folder "Vila Rural, o Paraná planta idéias. O Brasil colhe exemplos", publicado pelo Governo do Estado do Paraná.

De acordo ao exposto naquele material publicado, cabe a esta Secretaria:

- a) A aprovação da área ofertada pelo governo pelo município, em conjunto com a COHAPAR, IAP e EMATER-PR, levando em conta as condições técnicas para a exploração da terra, assim como a avaliação dos tamanhos recomendados dos lotes, de acordo com as características agropecuárias de cada região;
- b) Elaboração dos projetos técnicos de produção;
- c) Total de assistência técnica e de extensão rural às novas atividades do trabalhador em sua propriedade, incluindo o fornecimento de insumos e equipamentos por um período de 30 meses.

REQUERIMENTO N° 165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi Secretário do Planejamento.

- 1 - Quais empresas retiram cópia do Edital da Concorrência n° 003/95-CELEPAR?
- 2 - Quais apresentaram propostas?
- 3 - Qual foi a empresa vencedora e quais foram os critérios usados?
- 4 - Cópia do contrato assinado entre a empresa vencedora e a CELEPAR.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, solicitando as seguintes informações sobre o repasse financeiro do Estado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná-IPE:

- qual o valor médio a ser repassado ao IPE mensalmente?
- desde quando não são repassados os valores devidos?
- quanto foi repassado nos últimos seis (06) meses?
- qual a previsão de regularização dos repasses?

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Em contato com servidores do Estado temos recebido inúmeras reclamações sobre o atendimento do IPE, principalmente a diminuição dos medicamentos nas farmácias, diminuição dos hospitais e laboratórios credenciados, inclusive o Hospital Erasto Gaertner, causando grave apreensão e problemas para os segurados.

Temos informações, inclusive da imprensa, que tais problemas estão sendo causados pela falta de repasse dos recursos financeiros devidos pelo Estado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná-IPE o que tem ocasionado atraso nos pagamentos dos serviços prestados aos segurados e, conseqüentemente, a cessação dos atendimentos.

REQUERIMENTO N° 167

SÚMULA: Requer informações ao IPE sobre o atendimento médico aos segurados. Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná-IPE, solicitando as seguintes informações:

- qual a razão da diminuição dos laboratórios e hospitais credenciados para o atendimento dos segurados?
- qual a razão pela diminuição dos remédios disponíveis nas farmácias do Instituto?
- quanto esse Instituto deveria ter recebido de repasse do Estado em 1995? Quanto recebeu?

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Em contato com servidores do Estado temos recebido inúmeras reclamações sobre o atendimento do IPE, principalmente a diminuição dos medicamentos nas farmácias, diminuição dos hospitais e laboratórios credenciados, inclusive o Hospital Erasto Gaertner, causando grave apreensão e problemas para os segurados.

Temos informações, inclusive da imprensa, que tais problemas estão sendo causados pela falta de repasse dos recursos financeiros devidos pelo Estado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná-IPE o que tem ocasionado atraso nos pagamentos dos serviços prestados aos segurados e, conseqüentemente, a cessação dos atendimentos.

Projetos de Lei:

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Jacarezinho a área de terra constituída pelo lote urbano medindo 4.101,00 m., contendo uma área construída medindo 1.611,36 m., com transcrição nº 10.174, Fls. 252, Livro 3-J, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, conforme documentos em anexo, pertencente à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, onde funcionava o Serviço de Combate à Broca.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo, após as devidas reformas, será destinado para incrementar e fomentar a instalação de pequenas e médias empresas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

O imóvel onde funcionava o Serviço de Combate à Broca, pertencente à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, já não vem sendo mais utilizado, e sua doação à Prefeitura Municipal de Jacarezinho, para incrementar e fomentar a instalação de pequenas e médias empresas, para dar oportunidade para as pessoas que querem se estabelecer e não possuem capital para aquisição de espaço físico para iniciar na atividade de pequeno ou médio empresário, o que na certa deverá criar também novos empregos, além de proporcionar ao município a oportunidade de ver crescer sua receita com o aumento da arrecadação de impostos.

Com a criação de pequenas e médias indústrias, muitos jovens que hoje não têm oportunidade de conseguir um emprego ou aprender uma profissão, terão nessas empresas a chance de trabalhar e ajudar seus pais no aumento da renda e no sustento de sua família, além de uma melhor oportunidade para prosseguirem nos seus estudos, parados por falta de condições financeiras.

O Governo do Estado, vem incentivando a criação dessas pequenas empresas, tanto na capital como no interior, com a implantação de barracões industriais e vilas de ofício, e a doação de um imóvel que já não tem mais a utilidade para o fim a que foi construído, será de grande benefício ao município e sua população.

PROJETO DE LEI N° 033/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a doar ao Município de Jacarezinho, a doação de uma área com 63.725,66 m., matrícula nº 2.533, origem das transcrições nºs. 8.890 Fls. 279/280 e 8.891 Fls. 280, ambas do Livro 3-1, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, pertencente ao Departamento de Estradas de Rodagens - DER.

Parágrafo Único - O imóvel que trata o "caput" deste artigo, será destinado para a implantação de um Centro de Eventos, visto que o Município de Jacarezinho não possui espaço próprio para realização dos mesmos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A implantação de um Centro de Eventos, na Cidade de Jacarezinho em muito irá beneficiar o município, visto que a população, o comércio e a indústria, terão um lugar adequado para a organização e realizações de feiras e outros eventos, que certamente deverá levar milhares de visitantes à cidade, proporcionando aos cofres públicos a arrecadação de mais recursos financeiros, e um aumento considerável de utilização de mão-de-obra temporária.

PROJETO DE LEI N° 034/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As empresas e/ou consórcios responsáveis pela construção de barragens formadoras de lagos, ficam obrigados a proceder à limpeza no leito da área a ser inundada.

§ 1º - A limpeza de que trata este artigo, implica na remoção de toda vegetação existente na área de inundação, não adaptável às novas condições de alagamento.

Art. 2º - O método e os critérios para a limpeza referida no artigo 1º, serão definidos e fiscalizados pelo I.A.P. ou pelo órgão que o Poder Executivo vier a definir.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta lei tem por objetivo garantir as condições convenientes à vida e reprodução da fauna e da flora, além de permitir o uso adequado da floresta pré-existente e

propiciar, nas áreas alagadas, condições de navegabilidade e aproveitamento de turismo saudável e rendoso, como alternativa contributiva à melhoria na qualidade de vida.

Com esta consciência, conto com a aprovação do presente pelos nobres parlamentares desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI N° 035/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a custear as despesas com exames de D.N.A. (Ácido Dezoxiribonucleico) para comprovação da paternidade, quando solicitado em juízo, às famílias comprovadamente carentes.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O filho natural, portanto nascido fora de uma união legal, muitas vezes, depara-se com sérias dificuldades para comprovar seus laços de paternidade, tendo como consequência, inúmeras implicações de ordem jurídica, inclusive, quanto ao direito à pensão e à herança.

A situação fica agravada quando, para a devida comprovação, se lhe é exigido o exame do D.N.A. e o mesmo não dispõe de recursos financeiros para fazer frente às despesas.

É dever do Estado, dar assistência a todo cidadão, independente das condições em que foi gerado.

O reconhecimento desse direito e seu asseguramento e garantia fidejussória através da lei, portanto, não é nenhum favor, mas sim questão de justiça, daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres deputados para sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 036/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 1°, da Lei n° 11.254, de 21 de dezembro de 1995, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Bela Vista da Caroba, com sede na localidade de Bela Vista, desmembrado do Município de Pérola do Oeste e Pranchita, com as seguintes divisas e confrontações:

Com o Município de Ampére:

Inicia na foz do lajeado Bonito no rio Capanema, sobe por este até encontrar a foz do rio Alegre.

Com o Município de Pranchita:

Inicia no rio Capanema na foz do rio Alegre, sobe por este até encontrar a estrada que liga Vista Gaúcha a Fonte Bela, segue por esta na direção geral Oeste até defrontar a cabeceira de um afluente do córrego Macaco, deste ponto segue por uma linha reta e seca até a cabeceira do citado afluente, desce por este até sua foz no córrego Macaco, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por linha reta e seca na direção geral Noroeste até encontrar a cabeceira da Sanga do Mato, desce por este até sua foz no arroio Tateto, desce por este até sua foz no lajeado Grande.

Com o Município de Pérola do Oeste:

Inicia na foz do arroio Tateto no Lajeado Grande, desce por este até a foz do córrego Tateto, sobe por este até sua cabeceira na estrada que liga Bela Vista a Esquina Gaúcha, segue por esta na direção geral Noroeste até defrontar a cabeceira do córrego Gaúcho, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Leste até a cabeceira do córrego Gaúcho, desce por este até sua foz no lajeado Bonito, desce por este até sua foz no rio Capanema."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo sanar incorreção apresentada no memorial descritivo da área constitutiva do novo município, criado pela Lei n° 11.254, de 21 de dezembro de 1995.

As divisas corretas de Bela Vista da Caroba são as constantes do projeto de lei ora apresentado, conforme encontram-se delineadas no anexo mapa e respectivo memorial descritivo, encaminhados pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Estas as razões que nos levaram a apresentar a presente proposição, para a qual pedimos o devido apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI N° 037/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Guardas, Transportes de Valores e Similares do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 22 de novembro de 1985, com sede e foro nesta Capital, a Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Guardas, Transportes de Valores e Similares do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado sob nº 10778 junto ao Cartório do Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício desta Capital, em conformidade com as exigências da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação é constituída para fins de estudo, coordenação, proteção, com intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido de solidariedade social e profissional e de subordinação aos interesses nacionais, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 2º do seu estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da associação para tal reconhecimento, decorrente da seriedade do trabalho na representação da categoria profissional dos empregados em vigilância, segurança, guarda, transporte de valores e similares no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Jocelito Canto, do Partido PSDB.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à Tribuna neste início de semana vários assuntos que queremos colocá-los para que possamos no transcorrer desta semana discutir com a nossa população do Paraná através de seus verdadeiros representantes, que estão aqui, os Deputados estaduais, que representam as suas cidades e suas regiões do Paraná.

Primeiramente, Sr. Presidente, estou requerendo nesta Casa hoje, com o apoio dos demais Deputados, eu acho com o apoio da grande maioria da juventude do Estado do Paraná e também de suas crianças, o voto de pesar pelo falecimento do conjunto musical "Mamonas Assassinas". E queremos prestar uma homenagem a eles do povo do Paraná, das crianças do Paraná, e, principalmente, daqueles que gostavam do seu jeito simples, do jeito bacana de comunicar, daquele jeito fácil de transformar a música numa alegria no Estado do Paraná. Como fã número "1" deste conjunto e com

duas filhas que também eram grandes fãs e permanecerão cantando as suas músicas, acho que aqui, em nome do Estado do Paraná, vamos mandar este voto de pesar a família, a qual nós estamos encaminhando nesta tarde com o apoio de todos os companheiros. Acho que é algo de importante o que o Paraná faz, uma homenagem das crianças, de todos aqueles que admiravam o seu jeito simples de satirizar e de comandar a alegria, neste País sem heróis. Neste País que com poucos heróis, ainda os perde.

Não é agora porque morreram que nós vamos dizer que eles são os melhores, mas quem os conheceu, quem os acompanhou, sabe disto. Então peço o apoio aos companheiros para este Requerimento que estou protocolando, nesta tarde, este voto de pesar ao Grupo "Mamonas Assassinas", em nome da criança do Paraná, em nome dos jovens e em nome, principalmente, daquilo que eles representavam neste Estado, por várias regiões cantando e encantando as nossas crianças.

Sr. Presidente, também nós queremos deixar inclusive escrito, não sei se é permitido, mas gostaria de deixar registrado que amanhã usarei do Grande Expediente para abordar um assunto polêmico neste Estado do Paraná, que são os baixos salários recebidos pelos policiais militares, pelos policiais deste Estado do Paraná. Estou levantando documentos, estou levantando contracheques e, amanhã, quero discutir com os demais companheiros a atual situação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

E para isto solicito à Mesa, que no dia de amanhã nos dê a oportunidade, no Grande Expediente de falarmos sobre a situação da Polícia Militar. A vergonha que está o salário dos militares. A dificuldade que se encontram os militares. Eles estão passando muitas dificuldades. E é por isto que nós queremos no dia de amanhã, usar do Grande Expediente para tratar deste assunto.

Também, Sr. Presidente, nós estamos repassando hoje aos demais Deputados ausentes e a imprensa que não estava presente, na quinta-feira, cópias de um documento que nós recebemos da Secretaria de Comunicação Social do Governo, onde é nos informado, através de um requerimento que fizemos nesta Casa, qual o valor exato do gasto na mídia do Estado do Paraná.

E ali os Srs. receberão estas cópias e verão com seus próprios olhos, o que diz o Governo, diz quanto gastou mas não diz para quem gastou. E nós ficamos sabendo que o Governo gastou uma grande quantia em propaganda e não tem dinheiro para aumentar os salários nem mesmo dos professores do Estado do Paraná.

Por isso estou encaminhando aos Deputados ausentes na Sessão de 5.^a-feira, e a imprensa, que aqui não esteve, este documento. O documento que mostra o que é que o Governador fez com o dinheiro, ele nos manda aqui uma nota oficial.

E para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia de amanhã vamos começar a prestar uma homenagem a todos os grandes governadores que este Paraná teve. Todos aqueles governadores que respeitaram a dignidade de uma cidade chamada Ponta Grossa, e de uma região chamada Campos Gerais. Amanhã nós vamos começar a historiar a História Política do Estado do Paraná, buscando no lado fundo do baú da História política deste Paraná! A rica homenagem que farei, desta tribuna aos governadores que, no passado, ajudaram a construir Ponta Grossa, aqueles que deram respeito à capital cívica do Paraná, aqueles que deram o que é de direito a Ponta Grossa e aos Campos Gerais. A partir de amanhã começaremos aqui, neste horário, a homenagear os fantásticos governadores que tiveram a coragem, que não tiveram medo, que tiveram a dignidade de homenagear o povo de Ponta Grossa, meu caro líder, Algaci Túlio, que deram a Ponta Grossa o que ela merece, um cargo de primeiro escalão!

Agora, friso bem, vou falar dos respeitados e valorosos governadores do Estado do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cada dia que passa o sistema implantado no País começa a mostrar a sua verdadeira face, sua face cruel. Reportagens nos principais jornais deste País, nos preocupa a todos.

Ontem mesmo, a Folha de São Paulo, mostrava que só para cobrir o rombo do Banco Nacional, estimado em mais de cinco bilhões de reais, o Governo gasta mais de um terço dos recursos investidos durante todo o ano de 95 em Educação e Saúde.

Repito, só para cobrir o rombo do Banco Nacional, o Governo gastou um terço do que gastou em Educação e Saúde, neste período de crise social profunda, que atravessamos.

Neste sentido a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que ao longo dos últimos anos havia recuado em sua posição política da teologia da libertação, vem a público manifestar suas considerações, seu repúdio a esta política, dizendo inclusive que ajudar Banco quebrado é roubo, isso nota da própria CNBB.

Mas esta falta de investimento nas questões sociais, que acontece a nível nacional, também está acontecendo no Paraná. Nós temos discutido, passado um ano de Governo, a problemática do Governo Lerner, e verificamos que, pelos prognósticos, daqui a três anos o Paraná será um Estado perfeitamente integrado à economia global, ao Mercosul, grandes obras objetivando essa integração como é o caso da Costa-oeste, outras obras como o Canal paralelo ao mar ligando Matinhos a Pontal do Sul, investimentos em centros de negócios na Região Metropolitana, privatização e duplicação provável de rodovias estratégicas, como é o caso do anel de integração do Paraná, empréstimos internacionais de mais de 1 bilhão e 200 milhões de reais que foi aprovado por esta Assembléia.

Mas a outra face é que o Paraná apesar de ser um Estado integrado, daqui a quatro anos um novo Paraná, será o Estado onde se agravam as questões sociais.

Basta fazer algumas perguntas, qual o programa do Senhor Jaime Lerner para agricultura? O único programa que existia que beneficiava o pequeno agricultor, o "Panela Cheia", não existe mais.

O Governo faz empréstimos internacionais e ao invés de arrumar recursos baratos, créditos subsidiados ao pequeno produtor, auxiliar quando dá problemas de enchentes e perdas de safra, ele faz um programa repetindo as chamadas vilas urbanas em Curitiba, que é programa para ingleses verem, é um nível internacional que não resolve absolutamente nada, mas serve para a mídia e para a publicidade na qual o Senhor Jaime Lerner é muito experiente.

Nós sabemos que de nada resolve fazer em Piraí do Sul ou em qualquer cidade deste estado 70, 80, 90 casas para bóias-frias, distante da cidade, tendo que levar infra-estrutura a grandes distâncias, água, luz quando nem nas cidades existe, nem nas favelas existe infra-estrutura, dessocializar (?) a população, porque retira um pai de família do local onde vive, na periferia da cidade, dessocializa(?) a família porque a sua mulher trabalha de empregada doméstica, seu filho vende sorvete e assim por diante, coloca longe da cidade, mostra no vídeo, faz publicidade, daqui dois três anos isso nada resolve porque nós sabemos que não é cinco mil metros quadrados que vai trazer solução para o pequeno agricultor e para o bóia-fria.

Na saúde nós não sabemos que tipo de investimento, passado um ano do governo, o Lerner fez.

E na educação muito pouco o grosso desse investimento é dirigido ao ensino médio alterando uma proposta do ensino médio e submetendo-o ao interesse imedia-

tista de empresas regionais. Essa é a proposta do Governo Jaime Lerner para a educação.

E moradia, pouquíssimos investimentos, praticamente nenhum, na geração de emprego, pequena e média empresa muitos poucos investimentos, a questão social está completamente abandonada.

Mas, no sábado, em Ponta Grossa numa rádio, Senhor Presidente, Senhores Deputados, várias pessoas começaram a denunciar a problemática do IPE, o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná.

É uma situação alarmante na medida que há anos atrás o IPE funcionava principalmente em cidades de porte médio, os hospitais todos atendiam os servidores ligados ao IPE, os laboratórios faziam exames, as farmácias ofereciam remédios necessários, e hoje está um verdadeiro caos, várias pessoas denunciando, professores, funcionários públicos que vão à farmácia do IPE e não encontram remédio em Ponta Grossa que é uma Cidade, um polo regional importante. Que os hospitais encerraram seus convênios e não atendem mais nem os professores, nem os servidores públicos e os laboratórios não fazem mais exames para os professores e servidores porque simplesmente o IPE não paga esses hospitais, não paga esses laboratórios e o Estado não repassa recursos que deve passar ao Instituto de Previdência.

Isso é um caos, é uma situação alarmante. No encontro da APP, sindicato de Londrina, na manhã de sábado, essa foi uma das principais questões levantadas pelo sindicato que representa os interesses da categoria.

Em função disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos apresentando dois Requerimentos. Um Requerimento dirigido ao IPE, perguntando qual a razão da diminuição dos laboratórios e hospitais credenciados, para atendimento dos segurados, qual a razão pela diminuição dos remédios disponíveis nas farmácias do Instituto e quanto esse Instituto deveria ter recebido em repasse do Estado em 95 e quanto recebeu. E também um pedido de informações dirigido ao Governador do Estado, solicitando dele que nos responda o valor médio a ser repassado ao IPE mensalmente, desde quando não são repassados os valores devidos, quanto foi repassado nos últimos seis meses e qual a previsão de regularização dos repasses.

Dessa forma, nós começamos um processo de investigação para saber os reais motivos que transformaram o IPE do nosso Estado, num caos nesse período grave que passa todo o País, com reflexos profundos em nosso Estado, desemprego, salários baixíssimos, abandono das questões sociais, não

podemos aceitar que um Governo que se diz um Governo Progressista, que faz altos empréstimos internacionais, deixe os servidores e professores na situação em que eles se encontram. Por esse motivo, começamos a partir de hoje a denunciar essas questões e investigar com profundidade, o que está acontecendo no Instituto de Previdência do Estado e qual a relação que o Governo do Estado tem com esse Instituto. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Walmor Trentini.

O SR. WALMOR TRENTINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta segunda-feira nós vimos a Tribuna desta Casa, para manifestar o nosso entusiasmo com a nossa região Noroeste, com a nossa Cidade de Paranavaí, porque tenho motivos para isso.

A nossa primeira Indústria de suco de laranja do Paraná continua produzindo, industrializando e exportando a produção do Paraná e ainda tendo capacidade para adquirir o excedente do Estado de São Paulo e gerando divisas e riquezas para o nosso Estado.

A mandiocultura que atravessou momentos bastantes difíceis com a chegada do plano Real e a não correção dos preços agora começam a tomar novo rumo. Perdemos um pouco a área de plantio, mas conseguimos um preço e que os agricultores estão conseguindo recuperar os equipamentos, estão tentando quitar as suas dívidas e a produção melhorando preço, está tendo condições de ser comercializada.

Iniciando, estamos com a atividade da avicultura na região de Paranavaí, com um abatedouro de aves, que chegará a capacidade de 72 mil por dia, o que gerará empregos e renda para as pequenas propriedades. A pecuária continua sendo forte na nossa região. E agora no dia 1º, nós tivemos o início da nossa 25ª feira da Exposição Agropecuária e Industrial. Tivemos a oportunidade de receber lá a presença do nosso Secretário da Agricultura Dr. Hermas Brandão, do Presidente da Emater Rogério Falks (?), três nossos Deputados desta Casa, Durval Amaral, Cleiton Kielse e esta figura simpática e querida que é o nosso companheiro Orlando Passuti. Quero agradecer de público essas presenças, em nome da nossa gente de Paranavaí. Aproveitar para convidar também os ilustres deputados que até o dia 10 a nossa Exposição oferecerá uma atenção aos senhores.

A nossa Exposição pretende comercializar este ano, em torno de 5 milhões de reais em gados e equipamentos agrícolas. O gado bovino que hoje está com preço bas-

tante baixo, está incentivando os produtores e os agricultores pecuaristas a fazerem as suas aquisições e a nossa expectativa é de um recorde de comercialização.

O novo alento que chega a região noroeste do Paraná e que chega também ao Paraná é a disposição firme do Governo do Estado, que neste ano conseguiu com um incentivo através da Secretaria de Agricultura, plantarmos 20 milhões de pés de café no Estado do Paraná, e a perspectiva de se plantar 50 milhões de novos cafeeiros em todo o Estado do Paraná e a nossa região Noroeste, outrora já foi o grande produtor de café desse Estado, volta com esta força total, plantando café com a nova tecnologia, num sistema adensado que será acessível ao pequeno produtor, objeto do programa do Governo Jaime Lerner, poderá devolver o homem ao campo, desinchando a cidade e gerando o tão sonhado emprego de volta a zona rural.

Por fim, nobres Deputados, quero me dirigir ao meu conterrâneo Edgard Bueno de Cascavel, para me congratular com ele, porque o meu time de Paranaíba consagrou-se campeão domingo ontem, ganhando do Cascavel por dois a zero, e nós vamos com isso levar o nome do futebol do interior também para a Capital.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Em função da manifestação do Deputado Walmor Trentini, quanto a performance do vermelhinho, o Paranaíba, é bom também que a gente registre nesta Casa a performance do nosso Clube Atlético Paranaense, que também no último sábado, nortou-se com muita eficiência frente ao campeão paranaense o Paraná Club, vencendo a partida, e, também acumulando pontos importantes na disputa do campeonato paranaense. Então, o Paranaíba e o Atlético Paranaense estão de parabéns e merecem o registro desta Casa pela importante conquista.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ CARLOS ZUK) - Perfeitamente registrado, infelizmente não com o aval do líder do Governo Algaci Túlio. Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Nobres colegas.

Depois dos cumprimentos aos clubes vitoriosos, o Paranaíba, e ao nosso querido Atlético Paranaense, não é esta a razão da minha vinda à Tribuna, mas também tenho a obrigação de me somar a estas congratulações e também estender a nossa Seleção brasileira que, conseguiu superar a fase difícil do pré-olímpico, na Argentina, e vai na próxima quarta-feira, jogar na condição tranqüila de, um dos dois times da

América do Sul que vai participar das Olimpíadas de Atlanta, ainda este ano.

Mas, o que me traz aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é para registrar uma preocupação, e eu conversava a respeito disso com o Deputado Toti Colaço, com relação ao noticiário da imprensa de final de semana, que diz respeito a um encontro de prefeitos aqui na região de Ponta Grossa e, cuja oportunidade ficou decidido uma moção de apoio a ser enviada ao Secretário Cândido Manoel Martins de Oliveira, que, inclusive participava, se não me falha a memória, participava da reunião, no sentido de, pedir a Sua Excelência ultime providência no sentido de fazer com que a segurança pública passe para a alçada dos municípios, inclusive, é o que mais me chama a atenção, fazendo com que os delegados de polícia do nosso Estado, passem a ser escolhidos através do voto, feito hoje com os Vereadores, com os Prefeitos e com os Parlamentares, além de outros detentores de mandato eletivo. Neste sentido, não poderia deixar passar em branco, sem externar aqui a minha opinião a respeito desta questão. Penso que é muito perigoso um encontro de prefeitos, tomar decisões dessa natureza, e fazer apelo ao Governo nesse sentido. Primeiro, porque não é de hoje que a gente ouve falar em eleição para delegado, aliás, aqui na Casa tem um projeto dos Deputados José Maria e Ricardo Chab, que propugna a eleição para delegados que não sejam de carreira, é outra coisa, porque as funções de delegado de polícia, que são funções eminentemente técnicas, como a do promotor de justiça, como a do juiz; essas funções elas, vez ou outra, passam por esse tipo de discussão, tendo em vista o descaso dos governos, historicamente falando, para com a atividade policial neste país.

Por que se alguns anos atrás, na década de 60 havia Promotor que não era de carreira, já a partir da década de 70 isso desapareceu. Juiz de Direito ao que me consta, até aonde a minha memória pode voltar no tempo, sempre foi Juiz de Carreira, apesar da deformidade e da anomalia, que existe com os chamados Juizes Classistas, que eu particularmente condeno. Acho que agora na Reforma Constitucional, isso deve ser eliminado na medida em que, eu quando fui Constituinte, participei de um movimento para que tal ocorresse e fomos derrotados no voto. E por isso, que os Delegados vez ou outra, são, têm, sido motivo de uma discussão muitas vezes equivocada. A função de Delegado de Polícia de Carreira, ela é tão técnica, quanto é do Promotor de Justiça e de Juiz. Para tanto devesse exigir, aliás, é o que a Constituição do Estado o faz, Concurso Público, de provas e títulos, e tem que

ter uma condição "SINE QUA MON", que é a condição de ter, de ser Bacharel em Direito.

Portanto, nós temos que ter cuidado Nobres Colegas para este tipo de discussão. Isso não acrescenta nada, nós não estamos contribuindo em nada, para melhorarmos e aperfeiçoarmos os serviços de Segurança e de Polícia Judiciária. Toda vez, que nós ou por modismo ou por conveniência, ou quem sabe até por equívoco nos somarmos ao movimento desta natureza.

Não estou aqui criticando, a iniciativa dos Deputados Chab e do José Maria Ferreira, não. Suas Excelências, em oportuno momento, decidiram apresentar aqui este projeto, para resolver esta questão do Delegado "Calça-curta", esta questão do assistente de segurança, que como disse eu: Isso tem que ser resolvido. Mas querer dizer, desta questão para a questão de eleger o Delegado indiscriminadamente, em todo o Estado do Paraná. Perdoe-me quem defende essa tese, eu acho um equívoco.

Perdoe-me, isso é incorrer no equívoco. O exercício eu, repito, falo com absoluto conhecimento de causa, o exercício das funções de Delegado é eminentemente o exercício de uma função técnica. Não se pode atribuir, a uma pessoa que desconheça, regras mínimas de Direito, a competência para exercer uma atividade eminentemente técnica e que exija conhecimentos técnicos de Legislação.

Concedo o aparte ao Deputado Toti Colaço, que ele pediu primeiro.

O Sr. Toti Colaço - Peço vênias ao nosso Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk, em razão de que não é permitido aparte, no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente, concedido o aparte, que o nobre Orador já pediu e está no horário do PMDB.

O Sr. Toti Colaço - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Deputado José Tavares, quero me associar as suas palavras e dizer também, da minha preocupação, com relação ao que a Imprensa no final de semana, principalmente na 6.ª feira, noticiou a respeito desse encontro, desse Fórum de Debates, ocorrido na região dos Campos Gerais, aonde lá foram debatidos assuntos relativos a Segurança Pública. E numa das manchetes, de um dos jornais que circulam em todo o Estado do Paraná, dizia o seguinte: Prefeitos querem a municipalização de Segurança Pública. Aquilo me chamou, sobremaneira a atenção, por dois motivos. Primeiro- Seria pelo fato de nós estarmos acompanhando de perto, a atual situação que passa os muni-

cípios paranaenses.

E nós acompanhamos de perto e vemos no final do ano, prefeituras que não puderam, sequer pagar o 13º salário aos seus funcionários.

Nós acompanhamos diversas reuniões, inclusive, com a Associação dos Municípios do Estado do Paraná, aonde os Prefeitos na sua maioria absoluta colocavam com muita veemência, e com muito realismo, a insatisfação até, de ser Prefeito, pelo fato, de não poder lhe dar um atendimento digno a saúde de sua população.

De não poderem fazer e honrar os compromissos assumidos com o transporte escolar, da paralisação das suas máquinas, muitas prefeituras em todo o Estado do Paraná, o final do ano principalmente, passaram dando apenas meio expediente no atendimento aos seus munícipes.

E em todos, praticamente, a maioria absoluta, por falta de recursos, por escassez de dinheiro, nós inclusive, participamos de diversos movimentos no sentido de que pudessem viabilizar recursos, até com empréstimos, para que os prefeitos pudessem honrar os seus compromissos. Deputado José Tavares, me chamou atenção a manchete do jornal, quando dito foi, que queria a municipalização também na segurança pública.

Fica aqui uma interrogação. No momento em que os prefeitos vão bater às portas do Palácio Iguazu em busca de dinheiro, vão ao Banco do Estado em busca de empréstimos e vão até o governo federal, e amanhã estamos indo à Brasília com um grupo de prefeitos, em busca de recursos e essa nota: "Municipalização da Segurança Pública", é preocupante.

Quero me associar às suas palavras. Não quero entrar na parte técnica, mas dizer da minha preocupação como representante do Bloco Municipalista, de deixar claro que enquanto não municipalizar os recursos, onde os municípios, por enquanto, não têm a possibilidade de legislar o setor financeiro, não têm competência concreta, além do que, já está expresso na Constituição, é impossível se pensar em municipalizar, ou seja a segurança pública hoje, ou seja amanhã, uma outra Secretaria ou outro tipo de trabalho.

Por isso me associo à sua preocupação e quero deixar registrado aqui nesta Casa, como representante ainda do Bloco Municipalista, esta minha preocupação, porque me parece, não foi avaliado com muito critério, com muito cuidado, o desejo de uma parcela de prefeitos do Paraná, querendo municipalizar a segurança pública.

O SR. JOSÉ TAVARES - Vossa Excelência, Deputado Toti, tem toda a razão.

No mínimo, porque em que pese sabemos

que as prefeituras municipais ajudam e ajudam bastante a segurança pública dos seus municípios, e não é de hoje, evidentemente, que dada a situação porque passam as municipalidades do nosso Estado, é de se estranhar que eles, numa reunião de prefeitos aprovelem uma moção de apoio nessa direção. É, no mínimo, uma contradição.

Repito, em que pese todas as prefeituras darem uma ajuda, umas mais, outras menos, para o serviço de segurança pública, mas mesmo assim, acho que se posicionar pela assunção das atividades, das atribuições de segurança pública, trazer para si, essa tarefa, acho que no mínimo, é uma contradição.

Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira - Primeiro, gostaria de reconhecer o seu conhecimento, a sua competência nessa área.

Vossa Excelência que é um Deputado já com uma larga experiência no Parlamento e que tem na origem da carreira, a carreira de Delegado de Carreira e que quando em exercício, tão bem a executou.

Nós, a princípio, somos favoráveis à descentralização administrativa, mas a descentralização administrativa não pode chegar aos níveis simplesmente de reivindicar para os municípios ou para a assunção da administração municipal, a administração da segurança.

Concordo, comungo com vossas preocupações, com relação a esta dos municípios se intitulem como responsáveis pela segurança pública nas suas áreas.

Quando Prefeito, instado que fui várias vezes pelo Secretário, responsável pelo setor, Renato Ortoloni, para que criasse no município uma guarda municipal, não o fiz, porque sabia e sei dos custos e que isso não se consegue bancar com o Tesouro Municipal, nem a guarda municipal. Se ela não servir e se ela não prestar, só para os cofres públicos, se ela tiver que patrulhar, o município não aguenta pagar.

Então, confesso que com a divisão de recursos que hoje temos, será impossível qualquer atitude nesse sentido.

Com relação ao projeto de autoria deste Deputado e do Deputado Ricardo Chab, nós reconhecemos que o ideal seria que pudessemos colocar, Senhor Presidente, em cada município um Delegado de Carreira com competência para que pudesse instruir um processo e com ele preservar e assegurar o direito das partes.

Quando resolvemos subscrever este Projeto foi justamente pelo descalabro que está ocorrendo no Estado do Paraná, e isso também não é de hoje, das indicações dos chamados "Delegados Calças-Curtas", que, sem o mínimo de preparo, sem a mínima condição pessoal, técnica e de conhecimentos,

assumem essas funções.

Nesse projeto, consta algumas exigências, entre elas: moradia, residência, 2º grau. Permitindo que, com isso a sociedade tenha um mínimo de segurança daqueles que, amanhã, vão instruir um processo no qual - as partes - entre elas da lide, tenham seu direito assegurado.

Espero, tanto eu, quanto Ricardo Chab, que esta Casa tenha a sensibilidade de reconhecer que não é o melhor, o excelente, mas ele melhora, ele avança até que tenhamos condições de colocar delegado de carreira em cada Município do Estado do Paraná.

Mas comungo com a sua preocupação e reconhecimento, pela sua competência, pelo seu conhecimento na área, que muito mais tem a sua posição que hoje toma aí o valor do acerto.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço seu aparte e quando fazia referências à ajuda que as prefeituras sempre procuram oferecer à segurança pública, eu invoco, exatamente, a figura do prefeito de Ibiaporã José Maria Ferreira, que teve a honra, inclusive, de auxiliar como Deputado Federal do seu município. E sei, como Vossa Excelência enquanto Prefeito, sabia, muitos dos que aqui se encontram e já foram prefeitos, sabem, ajudaram, extraordinariamente, a segurança do Estado.

Aliás, digo até mais: se não fosse a ajuda dos prefeitos, das prefeituras, das municipalidades, eu não sei o que seria da segurança pública no Paraná.

Esta é a grande verdade.

Mas me preocupa em ver num determinado momento, quem sabe até, de desespero em razão da falta de segurança que aqueles prefeitos vivenciam, me preocupa vê-los, assumindo uma postura de querer trazer para si esta responsabilidade.

Quando nós sabemos, que pelo atual quadro tributário é humanamente impossível às municipalidades assumirem, definitivamente, esse tipo de encargo.

Concedo o aparte do Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto - Caro Deputado Tavares, quero dizer que em companhia do Deputado Luiz Carlos Zuk, do Deputado Plauto Miró, nós estivemos participando da primeira parte desse debate que enfocou a segurança pública no Estado.

E havia um movimento, não dos Deputados Estaduais de Ponta Grossa, mas havia um movimento do Conselho de Segurança de Ponta Grossa e de outros prefeitos da região, que reivindicavam que aquele Congresso definisse e cobrasse ao Senhor-Secretário Cândido Martins de Oliveira, a postura das eleições para Delegado.

Mas quero dizer a Vossa Excelência, que o Secretário Cândido foi muito feliz no seu pronunciamento e colocou, num belíssimo discurso, colocou eu acho - água, naqueles que queriam as eleições para Delegado de Polícia.

Sou favorável que haja indicação de delegados de carreira se não a polícia vai deixar de ser profissional.

Sendo profissional ela já tem suas dificuldades. Então no momento que deixar de ser profissional, a nossa polícia civil, certamente nós vamos ter maiores problemas em todo o Estado do Paraná.

Então, quero dizer a V.Exa. que nenhum dos Deputados pertencentes ao Município de Ponta Grossa, com exceção da postura do Deputado Péricles que eu não sei, mas de que nós defendemos a idéia, de que os Delegados devem ser de carreiras e nomeados, profissionalizados, para que a segurança deste Estado do Paraná continue cada vez evoluindo mais. Este é o nosso pensamento e eu apoio as suas palavras e o seu pronunciamento.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado, Deputado.

Não tinha dúvida nenhuma de que V.Exas., meus colegas presentes àquela reunião, teriam outra posição que não essa que V.Exa. coloca aqui. Evidentemente, que é sempre oportuno fazermos este tipo de colocação, registrarmos um acontecimento desta natureza, até porque é aqui nesta Casa, que caso uma idéia dessa viesse a prosperar, que esta questão seria ampla e profundamente discutida e se evidentemente esta Casa, depois de uma exaustiva discussão, chegasse à conclusão de que teria que alterar as atuais regras, evidentemente que eu me curvaria, porque sou um democrata e membro deste Parlamento, porque não sou daqueles que acha que o Parlamento não deve mais fazer aquilo que é da sua competência. Pelo contrário, acho que tudo o que for da competência do Parlamento, acho que ele tem que continuar fazendo, não importa se agrada ou desagrade. É da sua competência, é o seu dever, é sua obrigação, ele tem que fazer. Mas, como infelizmente esta matéria não chegou aqui na Casa da forma como ela está sendo veiculada, ou foi veiculada, em função daquela reunião, apenas estamos levantando a questão para uma discussão, um debate, até como forma de nos prepararmos, para eventuais tentativas de se alterar as regras, muitas delas contidas na Constituição de 89 aqui do Estado e outras em legislação ordinária.

O Sr. Ricardo Chab - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento)

Deputado José Tavares, eu entendo per-

feitamente a preocupação do Deputado José Tavares, eu entendo perfeitamente a preocupação do Deputado, até porque o Deputado é delegado de carreira e o Deputado, mais do que ninguém nesta Casa conhece a profissão de delegado de carreira da polícia.

Mas o Deputado concorda comigo e com o Deputado José Maria, quando nós temos uma profunda distorção na missão que é nobre do delegado de carreira. O delegado de carreira é quem instrui o Poder Judiciário no seu trabalho, na elaboração do inquérito policial.

Então, na verdade a minha intenção, a intenção do Deputado José Maria é tentar corrigir uma profunda distorção que como muito bem frisou o Deputado Tavares, bom seria, Deputado Tavares, se nós tivéssemos em cada município do Estado do Paraná um delegado de carreira, mas como nós não temos e que muitas vezes, na maioria das vezes, alguns delegados não de carreira, os delegados nomeados, aqueles que nós chamamos de delegado calça-curta, apelidado assim, esses na maioria das vezes são usados politicamente, são os chamados laranjas e a própria associação de delegado de carreira da Polícia Civil do Estado do Paraná não concorda com a presença desses delegados, nós temos uma verdadeira fábula, diria eu até o termo fábula guardado como relíquia, algumas páginas de inquéritos policiais elaborados por aqueles que não são delegados de carreira e que na verdade, sem saber se expressar, sem saber sequer escrever o português acabam colaborando ou para a soltura do réu ou para favorecimento daquele que deveria ser preso, condenado pelo crime cometido.

Então, na verdade, o que a gente quer é apenas corrigir o que aí está, uma pequena correção, mas não queremos demonstrar no fundo do nosso projeto é que nós pretendemos é que cada município do Paraná tenha o seu delegado de carreira, aquele que é bacharel em Direito, aquele que realmente conhece profundamente a lei, que tem conhecimento de causa e pode elaborar um inquérito policial. O que nós vemos hoje infelizmente são os chamados laranjas sendo usados politicamente, envolvidos em alguns casos estarrecedores e não na maioria das vezes, nós sabemos, o Deputado Tavares sabe, que alguns delegados calça-curta são presos ou contrabandeando ou ligados com alguns políticos em alguns municípios, mas fazendo uma série de fatos que acabam maculando a imagem do delegado de carreira.

Então, isto é que nós queremos barrar. Nós queremos que quando o cidadão não for mais delegado de carreira, mas for designado delegado da cidade, que seja, mas com o aval da comunidade. Não com o aval apenas do político que detém o mando do muni-

cípio, mas que haja aquilo que a gente pode falar, Deputado Tavares, a cooperação da comunidade com a polícia. Esse é o nosso pensamento, Deputado Tavares, e inclusive enalteço a presença do Deputado Tavares em levantar esse assunto, que é um assunto extremamente polêmico e eu tenho certeza que nós vamos perder muito tempo discutindo isso, Deputado Tavares, mas é um assunto que merece ser discutido e merece a gente perder esse tempo e merece a atenção de todo o Estado, porque hoje nós todos sabemos, Deputado Tavares, não vivemos sem segurança. Sem segurança o Senhor não vive, a minha família não vive, enfim, nós não vivemos. É porque não tem nada pior que uma polícia que não funcione, porque quando a polícia não funciona, eu não durmo em casa com a minha família, o senhor não dorme, nós não dormimos infelizmente. Quando a polícia vai bem, é o nosso sono tranquilo, da minha família e da sua família. Muito obrigado, Deputado!

O SR. JOSÉ TAVARES - Eu agradeço o Deputado Ricardo Chab, comungo plenamente dos argumentos de V.Exa. e reafirmo aqui o meu entendimento. Eu até acredito que esta questão tenha sido levantada nessa reunião de Prefeitos exatamente pela situação de inquietação que alguns Municípios que compõem essa associação, essa microrregião, deva estar vivendo em relação a segurança pública. A questão da segurança, ou da insegurança é algo que nos preocupa diariamente, diuturnamente, independentemente de Governo, quem está no Palácio Iguaçu, não se trata aqui de crítica a esse ou aquele Governador, é uma questão institucional, é uma questão que nós temos nesses anos procurado aprimorar, melhorar, e nem sempre as nossas ações são as mais acertadas, mas o importante é que nós avançamos bastante nesses últimos anos em termos de aprimoramento, de melhorias, de levar para todos os recantos do nosso Estado uma segurança pública, da qual o cidadão dela possa se orgulhar. Fácil não é, e é por isso que eu entendo talvez em função de algum problema isolado, localizado, em alguns municípios dessa associação microrregional, que o problema tenha sido levantado da maneira, a meu juízo, tão apaixonada e equivocada como foi. Por isso mesmo, é que eu conversava com o Deputado Toti Colaço, que também, como V.Exa. tinha essa preocupação porque ele é da região e entendia que deveria como profissional da área da segurança levantar aqui esta questão, mas não há nada de contrário, de pessoal, ao projeto de V.Exas. absolutamente, vejo a iniciativa de V.Exas. como algo que vem se somar, algo que vem corrigir um pedaço, uma parte desta distorção, porque o ideal V.Exas. já falaram aqui, o ideal seria

que nós não tivéssemos em nenhum município do Paraná, um profissional ocupando as funções de delegado que não fosse qualificado para tanto, que não fosse de carreira, que não fosse concursado, que não fosse evidentemente um técnico que tenha a responsabilidade de interpretar as leis, de aplicar as leis e num nível de igualdade com as partes, com os advogados, com os promotores e com os magistrados, mas como nós sabemos que isso não é possível, que eu saiba não há hoje no Brasil, um Estado que tenha delegados de carreira em todos os municípios; não há, nem São Paulo que é o Estado mais avançado. Ao que me conste, não deve ter, pelo menos no tempo em que eu atuava como profissional da segurança não tinha delegados de carreira em todos os municípios, até porque as cidades grandes cresceram cada vez mais e exigem mais e mais policiais de carreira e sempre isso acontece e acaba acontecendo em detrimento das pequenas comunidades, portanto vejo o projeto de V. Exas. que não foi a razão da minha vinda à tribuna, uma saída, uma solução menos ruim, menos pior do que essa que nós procuramos dar ao longo desses anos, que a figura do delegado de "calça-curta". Essa é infinitamente pior do que essa que contempla o projeto de V.Exa. que receberá o meu apoio já que a solução ideal evidentemente nós não temos como atingir até porque seria, uma utopia eu estar aqui defendendo com unhas e dentes esta solução que seria a solução ideal. Portanto Sr. Presidente, quero cumprimentar, para finalizar, o Secretário da Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, que compareceu à aquela reunião e que teve como representante máximo da Segurança Pública do nosso Estado, eu não diria a coragem, porque não se trata de coragem, mas teve a clarividência, teve a felicidade de naquele momento, numa reunião de Prefeitos, que sei, não é fácil, muitas vezes para o Secretário que é convidado, se contrapor às idéias que estão predominando naquela oportunidade, mas teve a visão de Chefe da Polícia do Paraná de emitir a sua opinião, opinião técnica, de alguém que tem a responsabilidade de dirigir os destinos da Segurança do Estado, em se colocar contrários, àquela proposta, porque segundo ele e houve entendimento, ela é contrária aos interesses do Estado, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao próximo orador inscrito, é com satisfação que a Mesa Executiva se associa ao ilustre Deputado Joel Coimbra e anuncia a presença no nosso meio do ilustre Deputado Federal Valdomiro Merchner, que conosco convive e representa o Estado e os interesses Paranistas na Câmara

ra Federal em Brasília.

Concedo a palavra, para falar em saúde o catedrático João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Sr. Presidente, Secretários da Mesa, Srs. Deputados. Hoje, vou falar a respeito de um problema que a gente sempre busca em jornais o que está sentindo na região, quanto aos hospitais, quanto ao recebimento pelo SUS, as suas receitas para ir mantendo o serviço lá na região e não vemos assim nada além de que um jornal está falando de pagamentos atrasados, no valor de 600 milhões para quase 3 mil hospitais, e sendo que não está conseguindo receber e com isso tem que tomar alguma medida.

Mas, nos jornais até não tem aparecido muitas notícias a respeito de saúde, porque já se utilizou muitos argumentos e até se utilizou de ações assim como paralisações, médicos que deixaram de trabalhar por falta de pagamento, isso aí a gente tem visto e até agora esses argumentos ainda não foram suficientes, para que se tome uma atitude em relação a uma melhor remuneração para esses hospitais.

E na região, deparei com uma nova estratégia de pagamento, aonde seriam valores fixos para os municípios, e esse valor já é predeterminado, aonde a nossa região com oito municípios já tem os valores certos que cada qual, cada hospital vai receber.

Então, já houve uma promessa de reajuste de 40% retroativo a agosto, aonde 15% já foi repassado durante um mês e os próximos 25% iria ser repassado a partir de janeiro. Foi o que aconteceu, 15% de um mês foi dado aos hospitais que aliviou um pouco os seus problemas. Porém, os hospitais ainda aguardam esses outros 25% de reajuste e contam com essa verba, que certamente também não vai chegar até eles e fazendo o cálculo dessa nova maneira de pagamento pelo SUS, na minha cidade, num dos meus municípios vai ficar defasado ainda uns 20%, quer dizer esperava-se receber 40% a mais e tem como resultado uma diminuição de 20% com essa nova maneira de pagamento.

Observei lá que o centro dessa regional iria receber metade de todos os valores dos oito municípios que compõem a região. Então metade ficaria na regional no hospital. Aonde funciona a regional daquela cidade e os demais sete, oito municípios, iriam receber a outra metade.

Isto também centraliza mais o atendimento, esses hospitais que já estavam enviando muitos pacientes para centros maiores.

Por que as verbas vão ficar em centros maiores, como por exemplo, a nossa região,

cujas regional está localizada na Cidade de Irati.

Então, nós que esperávamos melhorar sempre mais o atendimento nas pequenas cidades, para não serem transferidos pacientes para centros maiores, vamos ter que transferir mais ainda, por essa questão.

E valores que na saúde, acredito que, não tem valores fixos, hoje tem mais atendimento, amanhã tem menos, enfim não tem maneira de definir um valor sempre correto, que acredito, não é essa a melhor maneira que o SUS, deveria fazer o pagamento a esses hospitais.

É só, o que teria que falar, como alerta aos Deputados, para saber em que nível está a questão da saúde.

Não vemos muito noticiário, porque acredito que não tem mais argumentos suficientes para esses hospitais ou para as entidades que os representam, talvez diversas frentes estejam lutando. Mas, eles não têm mais como argumentar em favor da saúde, que não vai muito bem, cada vez pior na questão do atendimento, que é a coisa mais importante nos hospitais.

É isso aí, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Muito bem, Deputado.

Com a palavra o último Orador inscrito no Pequeno Expediente, Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta casa recebe na tarde de hoje, a visita honrosa do Jailson, Presidente do SINDASBEL, Sindicato que entre outras atribuições, representa os mais de 1.200 funcionários do IAPAR.

Evidente, Senhor Presidente, nobres colegas, que os funcionários do IAPAR, ficaram bastante frustrados com a manutenção do Veto do Governador, ao Projeto de nossa autoria, e que estendia a G.I.P. para todos os funcionários do IAPAR.

Entretanto, mesmo ainda bastante entristecidos com o resultado da votação, o Jailson vem a esta Casa agradecer, pelos 23 votos aqui recebidos em favor dos funcionários do IAPAR e reafirmar a sua convicção, o seu desejo, de que ainda, que o Veto tenha sido mantido numa oportunidade que queira Deus, não demore, não tarde. Esta Casa, através do voto dos 23 Parlamentares e dos demais Deputados, que votaram pelo Veto, possa a nossa Assembléia Legislativa, encontrar uma solução que vise corrigir as distorções salariais, a injustiça, o arrocho, o achatamento salarial desses servidores do IAPAR, que é o orgulho do nosso Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a imprensa, está noticiando o rombo do Banco Nacional. E pasmem, os nobres Depu-

tado, em que pese, aqui não ser o Congresso Nacional ser a Assembléia Legislativa, mas que é uma Casa que também representa o povo, uma Casa que representa quase 10 milhões de moradores e paranaenses. Moradores do nosso Estado, uma grande parte cliente do Banco Nacional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o noticiário está apontando que o rombo do Banco Nacional, da família Magalhães Pinto, já ultrapassa a cinco bilhões de reais, mas há fortes indícios de que o rombo possa ultrapassar a onze bilhões de reais. O que se comprovado será um dos maiores rombos numa instituição bancária de todo o planeta Terra. E o que é pior e mais grave é que há informações, há muito comentário estampado na imprensa de que as maiores autoridades do Brasil não ignoravam o rombo do Banco Nacional. Ministro, Presidente, Diretores do Banco Central estavam muito bem a par do grande rombo deste banco. E a informação de que dentre estas autoridades está até o atual Ministro da Fazenda, que já foi comandante do Banco Central. E o mais grave ainda, quando se vê, se tem conhecimento que o filho do Presidente Fernando Henrique Cardoso é casado com uma das herdeiras do Banco Nacional, com uma mulher da família Magalhães Pinto, ficamos agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a indagar: por que omitiram este rombo? Por que nada fizeram? Será que pelos laços parentescos? Será que agora que em todo o país se tem conhecimento da gravidade deste fato, será que a partir de agora haverá alguma sindicância séria? Alguma CPI que não fique apenas na teoria, no noticiário do jornal, do rádio, da TV, no noticiário da Voz do Brasil, nos debates em sindicatos? Mas será que finalmente teremos uma CPI que vai apurar e vai punir o responsável, Senhor Presidente.

Nobre Deputado Cartário, há quem diga que o ex-Presidente Collor perto deste escândalo do Banco Nacional é um "santo" homem. Que os escândalos do Governo Collor são fichinhas, "café pequeno" diante de um fato tão grave como este do Banco Nacional e o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, cuja autoridade, torcemos para que se saia bem e realize um grande governo. Cujas autoridades até agora estão tendo respaldo, aprovação popular de uma boa parcela da população, queremos, Senhor Presidente, que mesmo o Presidente Fernando Henrique Cardoso tendo um filho casado com uma herdeira deste banco, que deu um dos maiores golpes da história do Brasil, o Presidente mande apurar com rigor, com severidade.

Dizia-me um Deputado Federal, outro dia, em Londrina, e tomo a liberdade de não mencionar o seu nome aqui, que se fosse Deputado Zuk, o Sarney, o Presidente,

ele sairia algemado do Palácio do Planalto.

Vejam bem os Senhores, um bilhão de dólares - a revolução de obras que lá para fazer num Estado tão grande como o Paraná.

Com um bilhão, Presidente Zuk! Com um bilhão dá para fazer canteiro de obras em todo o Paraná. E de repente um banco com a complacência, não foi com a inocência, não! Com a complacência descarada das maiores autoridades da República, um único banco pode ter dado um golpe, um prejuízo que ultrapasse a onze bilhões de reais. Isso daria para acabar com a fome, com a miséria, com tanta coisa... não é só no Paraná não, diria que em quase todo o território nacional.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso desejo de que, efetivamente, pela primeira vez, possamos ver os graúdos do colarinho branco, que estão em Brasília, a comandar este país, que eles possam ser punidos, porque eles toleraram, permitiram e nada fizeram quando avisados que um banco estava dando um golpe tão grande, com apoio de destacadas autoridades desta República!

É este o nosso pronunciamento, volto a repetir, esta Casa não é o Congresso, mas representa quase dez milhões de paranaenses, e podemos, e temos o dever também, de aqui chegar, subir a tribuna e falarmos, diante de um fato tão grave, porque afinal de contas este fato diz respeito também aos interesses do Estado do Paraná!

Permita-me, Presidente, usar o horário do PDT para ter o privilégio de ceder a palavra a uma pessoa que conhece bem o sistema financeiro deste país, pela vida que tem dedicado aos seus colegas bancários, que é o nobre Deputado Vanhoni.

O Sr. **Ângelo Vanhoni** - Deputado Belinati, depois dessa sua brilhante intervenção não me resta outra alternativa e é com imenso prazer que escuto as palavras que o Senhor colocou, desta tribuna.

Acredito que em nome não só da bancada do PT, mas em nome da maioria dos Deputados, desse Legislativo, somar-nos a este seu pronunciamento.

O Senhor aborda uma questão importante para nosso país, num momento em que não há verbas para Saúde. O Ministro Adib Jatene, passou o ano passado de "pires na mão", mendigando verbas ao Congresso Nacional, mendigando verbas ao Poder Executivo, para resolver o descalabro em que anda a Saúde, em nosso país.

A opinião pública brasileira, através das televisões, foi obrigada a assistir a mãe do trabalhador morrer à porta de hospital, por falta de atendimento médico, na rede hospitalar brasileira.

No entanto, assistimos a este desca-

labro, que em nome da salvação do sistema financeiro nacional, vem acontecendo no nosso país! Não somente o Banco Nacional está sendo aquinhoadado com verbas públicas, porque quem paga o empréstimo, quando foi feita a unificação entre UNIBANCO e Banco Nacional, o passivo do Banco Nacional será bancado pelo Banco Central, isto é, verbas do Tesouro Nacional, isto é verbas do bolso do povo...

O SR. ANTONIO BELINATI - Ou seja, com dinheiro de todos nós, brasileiros.

O Sr. **Ângelo Vanhoni** - Com dinheiro de todos nós. Para o Banco Econômico a mesma coisa! E nós, mais do que isso, como V. Exa. com todo brilhantismo que lhe é peculiar colocou, são informações que o povo brasileiro não tem. Esperamos que o Congresso Nacional tenha uma atitude digna dos representantes do povo, e investigue. E esperamos que a este seu apelo o Presidente da República também seja sensível, que tenha determinação de apurar, até as últimas consequências, o que aconteceu com o Banco Nacional.

Quero me somar e parabenizar Vossa Excelência por este seu belo pronunciamento.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado, Deputado Vanhoni.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, com muito menos dinheiro, se botar na mão do Betinho, ah, que maravilha, acho que se acabaria com a fome no Brasil!

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nosso desejo é que a Polícia Federal, Interpol, Banco Central, agora vasculhem no planeta todo para ver aonde está, se o dinheiro está na Suíça, na Alemanha, se está nos Estados Unidos, se diretor desviou, se botou dinheiro em seu nome particular, fazendo um gordo patrimônio, como disse o Deputado Vanhoni, o Banco Central vai cobrir este rombo, mas quem é o Banco Central?

É o aposentado, o desempregado, o homem que está na favela, é o funcionário público, é toda população brasileira.

Concedo o aparte, com muita honra ao brilhante Deputado José Tavares.

O Sr. **José Tavares** - Nobre Deputado, Antonio Belinati, quero também cumprimentar a Vossa Excelência, e me somar as suas palavras e à sua inquietação, e dizer que tem sido difícil para este Deputado ficar calado diante de determinados acontecimentos na República de nosso País.

Este não dá para ficar calado! Esse aí é talvez o fato mais grave que acontece neste curto Governo do Presidente Fernando Henrique.

Tenho depositado no seu Governo uma esperança muito grande, tenho inclusive me pronunciado sempre positivamente em relação ao seu Governo, porque além de conhecer o Fernando Henrique pessoalmente e ter convivido com ele durante oito anos no Congresso, sem dúvida alguma acho que ele reúne todas as condições para administrar este País num momento como esse.

Mas eu gostaria de ao me somar as suas palavras, diante da gravidade de fatos como estes, do Nacional e do Banco Econômico, citar, repetir aqui o que disse o insuspeitadíssimo Senador Pedro Simon a respeito dessa questão. Disse o Senador Pedro Simon: "tenho 66 anos de idade, 40 de vida pública este é o caso mais grave que vi até hoje na República do Brasil".

Portanto, realmente Vossa Excelência tem razão, acho que é assunto para a Polícia Federal. Tem que ser investigado a fundo, Banco Central, têm que ser investigados diretores do Nacional.

E esta nação não pode aceitar calada, indiferente a um tamanho de um crime como este. Um País que não tem dinheiro para a educação, um País que está promovendo reformas profundas nas nossas estruturas em razão dos absurdos que existe, um País que está fazendo o que está fazendo não se pode dar ao luxo de jogar na lata do lixo tamanha quantia que sem dúvida alguma, será responsável pelo aumento da miséria, da fome, do desemprego e do subdesenvolvimento em nosso País.

Portanto me somo a Vossa Excelência, e este meu aparte é um desabafo, é um grito de alguém que vem se contendo nesses últimos meses diante de tantos absurdos que temos assistido.

Não sei, Deputado Belinati, o que vai ser deste País, porque depois do período militar em que jogamos todas as nossas fichas para acabar com este período de triste memória, tivemos o azar de ter na Presidência da República alguém que era comprometido com este regime em decorrência da fatalidade que foi a morte do Presidente Tancredo Neves.

Na seqüência, a Nação foi enganada mais uma vez por um mentiroso, por um falso profeta, por um "salvador da Pátria", em nome de quase 40 milhões de brasileiros que acreditavam na sua proposta.

E agora, que temos um Presidente que a meu juízo é um homem qualificado para o cargo, a gente assiste um absurdo desta natureza.

Então não sei realmente o que fazer. O que nós esperamos é que no mínimo isso seja apurado e os responsáveis punidos exemplarmente de acordo com a lei.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado, nobre Deputado Tavares. E é bom lembrar.

brar Deputado, que o Governo cortou há poucos dias através do DENAI (?), o subsídio na conta de luz da população pobre, alegando que não tem dinheiro.

Vossa Excelência lembrou bem, o Ministro Jatene está querendo criar o imposto da saúde dizendo que a saúde está falida, a saúde está na UTI no Brasil. E de repente, na semana passada saiu na manchete dos jornais: "Fernando Henrique quer socorrer, quer dar dinheiro para os bancos".

Senhores Deputados, espera lá, dar dinheiro para o banco, quando o agricultor está apertado o Governo não dá dinheiro, o desempregado, aquele que está no cartório de protesto, aquele que está numa pior, o Governo não socorre. E de repente o Governo tem tanta compaixão dos bancos, e vem anunciar, isso é até uma cara de pau, descaradamente que quer, quer porque quer ajudar os bancos, e lamentavelmente, quer dizer, temos bancos sérios, banqueiros dignos, mas temos aí, como o Banco Econômica e agora esse Banco Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Aviso o ilustre orador que tem mais 2 minutos para o seu final.

O SR. ANTONIO BELINATI - Obrigado pela informação, Deputado.

O Sr. Augustinho Zucchi (Aparte) - Deputado, gostaria de agradecer esta oportunidade e parabenizá-lo porque como Vossa Excelência já falou, traz um assunto à Casa, embora seja de competência do Congresso Nacional, mas nós precisamos discutir isso antes que a sociedade passe por cima de nós com problemas tão agravantes como este.

Lembro-me que numa crítica feita ao Presidente Fernando Henrique, disse ele em viva voz na imprensa televisiva desse País dizendo o seguinte: "o meu Governo não tem arbítrio, mas tem comando". E espero que esta frase dita por ele que serviu de manchete em todos os jornais no outro dia, tenha a ressonância perfeita da preocupação da população com relação a essa questão agravante da população brasileira que é esse rombo do Banco Nacional. Aliás até não é de se esperar diferente de que a ciranda financeira durante tantos anos nesse País tenha produzido desvios dessa natureza.

Mas é preciso que com determinação o Presidente da República coloque um esclarecimento a população, puna com rigor, porque se não vai água abaixo o sacrifício da população brasileira, que faliu milhares de empresários, que colocou a agricultura em baixo da sola do sapato, que arreventou o setor produtivo do País, para

agüentar a estabilização da moeda. Não é possível que 11 bilhões de reais seja colocado pelo ralo, seja colocado pela janela afora, sem que haja uma posição dos governantes do País.

O mínimo que se pode esperar de um Parlamento é a indignação. Quero parabenizá-lo por estar colocando nesse momento Deputado Belinati a possibilidade de nos indignarmos, sendo vetores exclusivos aqui da voz da população que tem sofrido muito com a estabilização da moeda num País em desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra - ao aparte - solicitado pelo Deputado José Maria.

O Sr. José Maria - Deputado Belinati, nós ouvimos atentos a vossa indignação, enquanto brasileiro, enquanto as dificuldades pelas quais passa o País e a Nação elas procedem, Só o que nós não podemos e é inadmissível tentar jogar sobre a carga de um Governo que está tendo a coragem de trazer a público e denunciar, culpando porque o processo foi instalado há mais de 10 anos atrás. Não foi ontem.

Este Governo do Fernando Henrique Cardoso está tendo a coragem, está tendo a decência, está tendo a responsabilidade diante da Nação, de trazer a público e denunciar e cobrar os fatos. Comungo, como comunga os demais, com a indignação com relação ao fato, mas não podemos atribuir exclusivamente ao Governo Fernando Henrique Cardoso a responsabilidade pelos fatos, porque ele sim, está tendo a coragem de apurar e muitos não tiveram a coragem de apurar. Então aí é necessário que se faça uma ressalva, essa ressalva, a bem da verdade, e daqueles que efetivamente querem caminhar e fazer com que esse País caminhe pelos caminhos da seriedade, da firmeza e da transparência. Essa é a transparência que o Fernando Henrique Cardoso procura, com erro, com acertos.

Com relação a COPEL; o processo de interesse protocolado sobre o DENAI de 1623, a COPEL solicitava reajustes. Não foi simplesmente uma determinação do Governo Federal, ela autorizou, e a autorização cabia a empresa aceitar ou não. Até porque o fez o Governo Federal no sentido de permitir que outras empresas não se arrastassem na iliquidez. A COPEL é uma empresa que tem liquidez, ela deu, aceitou os 12% de aumento e retirou subsídio por uma razão de política interna.

Agradeço o aparte.

O SR. ANTONIO BELINATI - Terminando então Senhor Presidente, fica a grande expectativa de todo o Brasil. Defender que o

Diretor do Banco Nacional vá para a cadeia e não devolva o dinheiro não é o suficiente.

O País quer, Senhor Presidente, que se descubra onde se colocou tanto dinheiro, uma fortuna, uma das maiores do mundo e que esse patrimônio que é do povo brasileiro, se é que o Banco Central vai cobrir o rombo, é portanto saindo do sacrifício, do suor, do bolso do povo brasileiro que as nossas autoridades Senhor Presidente, não messa esforços para trazer de volta esse dinheiro que criminosamente aos olhos, a complacência do Governo acabou havendo esse rombo de tão espantoso, inacreditável, um rombo de 5, 8, 10 bilhões de reais. Se o Governo não agir com rigor, certamente Senhor Presidente, o Governo acabará perdendo essa simpatia, essa aprovação popular a que vem tendo através das enquetes populares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com satisfação que a Mesa Executiva anuncia a presença no nosso meio do ilustre Deputado José Jatene, e conosco aqui passa essas horas de entrelaçamento entre a Câmara Federal e esta Casa e a um dos representantes da Bancada Paranista nas Emendas que irão beneficiar o Governo do Estado do Paraná e a Família Paranaense.

Bem como também entre nós, o Vereador Jarbas, Vereador de Barbosa Ferraz, e quem anuncia é o ilustre Deputado Nelson Tureck, e a Mesa se associa. Concedo a palavra pela ordem o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, uso este horário agora, para fazer dois Requerimentos a Vossa Excelência. Um Requerimento à Mesa Executiva de maneira verbal e, aproveito a presença do Presidente da Comissão de Educação e Cultura na Casa Deputado Péricles, para também externar-lhe um outro Requerimento, enquanto Deputado desta Casa.

Na frente do Palácio Iguaçu estão acampados alguns estudantes, estudantes da Faculdade de Artes do Paraná. Há mais de dois anos e meio os estudantes da Faculdade de Artes do Paraná estão sem local para ministrar as suas aulas.

Há questão de quinze dias atrás, nesses últimos quinze dias com as cheias que tiveram na Cidade de Curitiba, o galpão improvisado, isto é, a despensa do Teatro Guaíra, onde estes professores e estudantes estavam alojados temporariamente há mais de um ano e meio, isso já não é deste Governo, é uma situação que já vem do Governo anterior, uma situação de muita dificuldade, alagou completamente, e, eles estão sem condições de ensino.

Então na realidade o Requerimento que

venho fazer a Vossa Excelência é que, na próxima quarta-feira seja destinado um pequeno espaço, para que, o corpo docente e o corpo discente da Faculdade de Artes do Paraná possa vir à Assembléia Legislativa relatar as péssimas condições de ensino que eles estão obrigados há mais de dois anos e meio; e, solicitar ao Presidente da Comissão de Educação que marque uma reunião junto com outros Deputados, ao Secretário de Ciência e Tecnologia, que é o responsável pela pasta, Dr. Alex Beltrão, para que tome os procedimentos para resolver este problema tão grave desta Faculdade aqui no Estado do Paraná. Era isto, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado, e a Mesa solicita ao ilustre Deputado Vanhoni que, subscreva o Requerimento, e tenho a certeza que o Plenário irá aprová-lo, também esta Mesa Executiva com satisfação abriremos o horário pre-requisitado por Vossa pessoa. Concedo a palavra a ilustre Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo da minha vinda a esta tribuna é para fazer um convite a todos os meus colegas parlamentares, para que se façam presentes no dia sete de março, quinta-feira agora, na Sessão das dez horas da manhã, que será uma Sessão Solene em homenagem ao dia oito de março - Dia Internacional da Mulher.

Estendo este convite a todas as esposas dos Senhores Parlamentares, que já estão recebendo os convites. Estou fazendo este convite, porque recebi uma crítica hoje pela manhã, fui homenageada junto com dezenove outras mulheres, pelo Jornal Indústria e Comércio, no café da manhã para discutirmos as questões sobre a mulher, e as mulheres lá presentes me disseram que já estiveram em algumas sessões solenes desta Casa no dia oito de março e criticaram que os Deputados durante esta Sessão Solene não se fazem presentes.

Por isso, vim aqui desta tribuna, fazer o convite solicitando os companheiros que venham ouvir a palavra das mulheres, porque este ano é um ano muito importante para nós mulheres do Paraná e do Brasil, porque conseguimos colocar o dedo na história do Brasil, antecipando a participação da mulher, não para já no momento, mas para que haja paridade no Poder Legislativo, exigindo os vinte por cento dos partidos políticos no lançamento de candidaturas femininas. Isso é realmente uma discriminação positiva é um avanço histórico muito grande. Porque se assim não fizéssemos, estaríamos aguardando, ainda, 400

anos para que a mulher pudesse ter paridade, no Legislativo, no Brasil todo.

Então, gostaria de contar com os companheiros, com a presença de suas esposas para que pudessem ouvir as reivindicações das Mulheres do Paraná, nessa Sessão Solene. Muito obrigada.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Presidente) - Terminado e encerrado o Horário do Pequeno e Grande Expediente, passamos as Lideranças não ocupadas até o presente instante. PFL, PTB com a aquiescência do Líder Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, com muita alegria venho hoje a tribuna deste Parlamento, para registrar uma ocorrência que se deu ontem, na Cidade de Cascavel. E quero fazer em meu nome e em nome do Ilustre e Eminentíssimo Parlamentar Deputado Edgard Bueno, Duílio Genari.

Ontem, participamos, lá em Cascavel, da posse do novo Arcebispo da Arquidiocese de Cascavel, Dom Lúcio Inácio Baumgartner, no lugar do nosso velho, querido, estimado e bom sacerdote. O Bispo, Arcebispo, Dom Armando Cirio.

Dom Armando Cirio, que chegou na região Oeste do Paraná, há mais de 40 anos atrás, porque por durante 18 anos foi Bispo de Toledo. E durante 18 anos, foi Bispo e Arcebispo de Cascavel. Uma história de amor, Senhor Presidente. Uma história de construção pelo Oeste do Paraná, da Igreja Católica, sobretudo na condução firme presente, distinta, inteligente e sábia do nosso velho e bom Pastor.

A Arquidiocese de Cascavel que tem abrangência na diocese de Palmas, na diocese de Foz do Iguaçu e na diocese de Toledo. Agora a partir de ontem, tem sobre o seu comando um gaúcho, nascido em Novo Milano, na Cidade de Farroupilha no Rio Grande do Sul, Dom Lúcio Inácio Baumgartner.

Uma festividade, que nos encheu de alegria e entusiasmo, uma festa que merece ser registrada aqui neste Parlamento. Lá estiveram, todos os Bispos e Arcebispos do Paraná, como também, representantes do Clero de Santa Catarina do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso.

Todos sabemos Senhor Presidente, a fantástica contribuição que a Igreja Católica, deu ao nosso País. A busca a construção de uma sociedade justa, humana e igualitária, foi também compartilhada com muita disposição pela Igreja Católica pelos nossos Bispos, pelos nossos Padres, pelos nossos Religiosos, pelos nossos leigos, que compõem esta grande Igreja. E é por isso, e é com essa devoção, que hoje viemos aqui registrar a posse desse reli-

gioso desse homem, que assumiu a arquidiocese de Cascavel, assumiu com ímpeto vigoroso de ajudar na construção da sociedade que todos nós queremos. Queremos aqui também, registrar Senhor Presidente o belo, o grandioso trabalho desenvolvido na arquidiocese por Dom Armando Cirio, que se aposentou, por que chegou aos 80 anos de vida, 36 anos de Bispo e Arcebispo.

Como diz D. Lúcio Inácio, falando sobre D. Armando: "D. Armando é um administrador de uma visão extraordinária. Já na diocese de Toledo, quando por 18 anos ocupou a chefia da igreja em Toledo, não existia paróquia que não tinha, pelo mínimo, uma pedra para a igreja. O cuidado de D. Armando era extraordinário em relação à infra-estrutura das igrejas. Se debateu para a formação de padres, para o reforço religioso, para o cumprimento do Evangelho e da missão que a Igreja Católica se dispõe neste mundo".

Então é nosso dever, eu como católico, de registrar aqui Senhor Presidente, o trabalho do Bispo que ontem se aposentou, Bispo emérito da Arquidiocese de Cascavel, D. Armando.

A alegria que tivemos, a satisfação, representando este parlamento, lá na terra querida do Deputado Edgard Bueno, juntamente com o Deputado Duílio Genari, foi extraordinariamente grande. Talvez na vida não tenhamos mais a oportunidade de participar de uma festa tão bonita e maravilhosa como lá ontem tivemos o prazer de participar e de poder representar também a Assembléia Legislativa.

E queremos, para finalizar, Senhor Presidente, desejar sucesso, êxito, desejar um grande trabalho frente à Arquidiocese de Cascavel, ao novo Arcebispo, desejar que seus pensamentos, que a sua mente sejam iluminados por Deus, para que ele possa conduzir o seu grande rebanho, para que ele possa, com a mesma inteligência, com a mesma devoção, com o mesmo espírito como tinha o nosso querido Arcebispo D. Armando, dar continuidade na condução desse grande rebanho que é a Igreja Católica, fazendo com que a Igreja Católica cuide da parte espiritual, mas que também se envolva na questão social, como agora a Campanha da Fraternidade, uma campanha lúcida, uma campanha inteligente, onde a Igreja Católica busca fazer com que os seus membros, com que os seus seguidores, prezado Deputado Edgard Bueno, tenham consciência na hora de votar, se atentem para não eleger políticos profissionais, interesseiros, políticos que querem se utilizar da boa vontade do povo. A Igreja Católica, através da Campanha da Fraternidade faz esse trabalho de conscientização, buscando entrar no coração das pessoas, para que saibam e busquem na eleição, eleger pes-

soas que têm compromissos com a sociedade, que tenham compromissos com a sensatez, com a honradez, com o desenvolvimento e com a justiça social.

É este o sentimento deste parlamentar que quer ver o mesmo desenvolvimento até agora verificado na Arquidiocese de Cascavel, com D. Lúcio Inácio na condução daquela Arquidiocese, dando alegria, satisfação, dando muitas felicidades não só aos católicos da região oeste e sudoeste do Paraná, mas ao conjunto todo da nossa sociedade.

Era isso, Senhor Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Cezar Silvestri, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados na qualidade de Titulares e Suplentes da Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa de Leis. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/95, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o "Lar Menino Jesus", de Cascavel. COM PARE-

CER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/95, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro em União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/95, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Poetas e Escritores, e Jornal da Poesia, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Magistrados do Trabalho a 9ª Região - AMATRA IX, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar procedimentos para implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí-Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. COM EMENDA DA C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 54/95, de 22.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 175/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, visa autorizar o Governo do Estado a realizar procedimentos para implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí-Paraná.

Muito bem estruturada e justificada, a proposição em tela será de grande valia ao Governo do Estado para uma possível implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí-Paraná, que temos a certeza que será de suma importância para o desenvolvimento do nosso Estado.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 175/95

P A R E C E R:

A proposição em tela autoriza o governo do Estado do Paraná a realizar procedimentos para implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí-Paraná.

No mérito, como de competência desta Comissão, o projeto se justifica pelos benefícios a serem alcançados com sua concretização, entre os quais a economia de uso das rodovias, que com cargas excessivas pesadas causam desgastes, de difícil reparação, tendo vista descaso de governos; a possibilidade de transporte de cargas mais pesadas que as transportadas por rodovias e com evidente economia de combustíveis, lubrificantes, pneus e peças, além do desafogo do tráfego rodoviário.

Vale ressaltar que a proposta cria um novo eixo de integração das vastas áreas agricultáveis, unidos estados e países (Paraguai e Argentina) e possibilita melhor fertilização do solo, conforme estudo incluso do Engenheiro Ayrton Cornelsen, Superintendente de Planejamento do Estado. Benefícios que viabilizam a proposição. Todavia, estranhamos que os avocados benefícios não sejam estendidos à população, pelo menos não há qualquer referência no texto, no sentido de possibilitar uma redução no custo final de produtos e mercadorias, hidrovia com transporte barato, "assentamento para mais de 50.000 famílias ou elaboração de um programa de desenvolvimento microrregional integrando toda área por ela polarizada", entre outros, conforme justificativa do Superintendente Estadual, Eng. Cornelsen. De outro lado, pela dimensão da proposta e considerando tratar-se de bem público, convém um controle maior do Estado sobre a implantação e exploração comercial da hidrovia. Assim, formulamos a emenda anexa, a qual condicionamos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 175/95

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei n° 175/95, de autoria do nobre Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado a realizar procedimentos para a implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí-Paraná e dá outras providências, bem como a Emenda Aditiva apresentada pela d. Comissão de Finanças, e na qual adiciona o seu parecer favorável, e por ser um projeto de lei meramente autorizatório, contando também com o parecer favorável da d. Comissão de Constituição e Justiça, esta

douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não encontrando impedimento algum tanto de natureza constitucional, regimental e legal que possa impedir a sua normal tramitação, e visto ser de grande alcance social e econômico, dá o seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
RENY BORSATTO - Relator

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N° 175/95

Acresce-se a proposição em epígrafe os seguintes artigos:

Art. 4° - As exigências preconizadas no Art. 3° desta Lei são as constantes no Art. 2° presente, bem como das normas de Direito Público, sendo que sobre a alínea "c", as normas constitucionais e administrativas regularão a relação Estado e particular, além das seguintes exigências:

I - Quem implantar e explorar comercialmente a hidrovia deverá oferecer condições, também via recursos econômico-financeiros, para criar, em forma de agrovilas, no mínimo 300 colônias com população de até 200 famílias cada uma; com uma infra-estrutura básica de saneamento, abastecimento de água potável e energia elétrica, de forma que o assentamento propicie condições de plantio de produtos agrícolas.

Art. 5° - O governo estadual deverá estudar uma forma de fiscalização ou outro meio, afim de que a redução de custo proporcionada pelo transporte de produtos e mercadorias, via hidrovia, seja repassada, pelo menos em 30% (trinta por cento) para o consumidor final.

§ 1° - Estes estudos devem estar concluídos em até 90 (noventa) dias da implantação e início da exploração comercial da hidrovia, sob pena de inviabilizá-la.

§ 2° - Ao finalizar os estudos referidos no parágrafo acima, o governo terá mais 90 (noventa) dias para viabilizá-lo.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 175/95.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/95, de autoria do Deputado Marquinhos

Alves, que denomina Rodovia Deputado José Alves a Rodovia PR-317, ligando Maringá a Santo Inácio. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E FAVORÁVEL DA C.O.P.T.C.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O.P.T.C.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Públ. no D.A. n° 92, de 09.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 291/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, denomina "Rodovia Deputado José Alves" a PR-317, ligando Maringá a Santo Inácio.

O Art. 238 da Constituição Estadual dispõe que "é vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos..."

Através da Lei n° 7251, de 16 de novembro de 1979, cuja cópia segue apensa, a referida via pública foi denominada de "Rodovia Deputado Sílvio Barros" pelo então Deputado Antonio Facci.

Em face do exposto, diante da vedação constitucional, emitimos nosso voto contrário à tramitação do Projeto de Lei n° 291/95 e solicitamos seja dado ciência dos fatos ao deputado-autor, para que este encontre outra via a ser denominada, homenageando o respectivo progenitor.

Sala das Comissões, em 26.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 291/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, tem por finalidade denominar de "Rodovia José Alves", a via que liga Maringá a Santo Inácio.

Apesar do parecer contrário, face a referida rodovia já ter outra denominação, a mesma Comissão de Constituição e Justiça sugere se encontre outra via para realizar a homenagem pretendida.

Assim sendo, visando corrigir as imperfeições constadas pela C.C.J., esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, apresenta o Substitutivo Geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 08.11.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N° 291/95

Na condição de autor do Projeto de Lei n° 291/95, que propõe a denominação de "Rodovia Deputado José Alves" à Rodovia Estadual PR-317, e tendo em vista que essa

Rodovia já possui denominação própria, ou seja, de "Rodovia Sílvio Magalhães Barros" propomos o Substitutivo abaixo, em inteiro teor do referido Projeto de Lei, nos seguintes termos:

SÚMULA: Denomina "Rodovia Deputado José Alves" a Rodovia PR-458, que interliga Guaraci a Atalaia.

Art. 1° - Fica denominada "Rodovia Deputado José Alves" a Rodovia PR-458, que interliga Guaraci a Atalaia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 402/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a retroceder ao Município de Paçandu data de terra e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. n° 132/95, de 10.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 402/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado do Paraná a retroceder ao Município de Paçandu data de terras e dá outras providências.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 402/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, objetiva a reversão da data n° 14 da Quadra n° 17 do Município de Paçandu, do Estado para aquela municipalidade.

Considerando que:

- o referido terreno fora doado pela Prefeitura de Paçandu ao Estado do Paraná para que ali construísse o prédio da Agência de Rendas Estaduais;

- o referido prédio foi construído pe-

lo Estado, porém, após alguns anos, o mesmo Estado houve por bem desativar a Agência de Rendas, desaparecendo, portanto, o "fim específico";

- o município, então, passou a utilizar o prédio para serviços de saúde, oferecido à população;

- hoje, aquela administração municipal pretende expandir esse atendimento e, conseqüentemente, ampliar também a área construída, para viabilizar a instalação de ambulatório e demais atividades;

- a prefeitura só poderá destinar recursos para construção em terreno que lhe pertença, até para atender a legislação;

- o aproveitamento de um prédio já existente da forma racional, em benefício da população, conforme a prefeitura vem fazendo é altamente elogiável;

- não encontrou, esta Comissão, óbice legal para a pretendida reversão, este relator vem emitir o parecer favorável a sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 402/95.

Sobre a mesa, Requerimento nº 135, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 113, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente da sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em contato com o Deputado Emerson Nerone ele pediu para que eu fosse portador de um requerimento de retirada desse requerimento. Faço esta solicitação a Vossa Excelência e se não for possível em função da ausência dele, solicito então para que deixe para que ele faça de viva voz, na data de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Acatada pela Presidência e pela Mesa Executiva a retirada da Ordem do Dia o requerimento pelo autor.

Requerimentos nºs 159 a 164, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

É que esse requerimento - seguramente - embora ele não esteja formulado, eu gostaria mesmo que o Governo explicasse onde é que estão implantadas aquelas cem primeiras vilas rurais que foram prometidas ainda na campanha eleitoral para o ano de 1995.

O SR. ALGACI TÚLIO - Elas serão implantadas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão, para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 166, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão, para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 136, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 137, de autoria dos Senhores Deputados Nereu Moura, Edgar Bueno e Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 138, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 139 a 147, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 149, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 150, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 154, de autoria dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Péricles Mello e Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 155, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 156, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 157, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, cons-

tante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 158, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 165, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 167, de autoria do Se-

nhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Não recebido.

A Mesa Executiva, deixa de aceitar porque o direcionamento deve ser dado ao Senhor Secretário de Saúde.

Peço ao ilustre Deputado para redigir um novo conteúdo nesse seu requerimento que será apontado no dia de amanhã com a devida retificação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Com relação ao repasse, Senhor Presidente, é o Secretário da Administração.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Secretário da Administração, a Mesa informa ao ilustre Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs: 036/95 e 009/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 156 e 291/95.

Levanta-se a sessão.